



BALANÇO TENDENCIAL DE PESQUISAS ACADÊMICAS SOBRE O NOVO ENSINO MÉDIO

Geane Izabel Bento Botarelli¹
Yukihide Reinaldo Kanashiro²

RESUMO

O Ensino Médio no Brasil tem sido motivo de grandes reflexões na vida cotidiana e no meio acadêmico. Hodiernamente, há uma situação de grande repercussão, pois devido à Lei nº 13.415/17 (Novo Ensino Médio) e a Resolução CNE/CP nº 2/17 (Base Nacional Comum Curricular - BNCC) houve mudanças consideráveis nessa fase do ensino, o que motivou um grande debate, principalmente em relação à carga horária máxima, aos itinerários formativos, ao currículo e à falta de recursos para a efetivação da proposta, sejam humanos, materiais ou físicos. Neste trabalho, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, de orientação metodológica quali-quantitativa, em que foram coletados dados dos resumos disponibilizados no Catálogo de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, no período de 2013 a 2022, com os descritores "ensino médio" AND "reforma". De um total de 205 resultados retornados, foram analisadas 142 produções acadêmicas cuja investigação voltou-se à atual reforma do ensino médio, a fim de responder quem, quando, como e o quê tem sido investigado sobre esse tema nas produções acadêmicas brasileiras. Como método, foi realizada a busca e foram lidos todos os resumos, excluindo-se as duplicatas e aqueles que não estavam relacionados ao assunto. Dessa leitura, foram coletados dados e elaborados tabelas, gráficos e imagens com uso do aplicativo Sphinx IQ2 e Microsoft Power BI. Para a análise desse material, optou-se pelas contribuições do materialismo cultural (Williams, 1980), por meio do qual se verifica as especificidades da produção material para interpretar as práticas sócio-históricas, considerando que uma pesquisa acadêmica é um elemento cultural e que revela aspectos de todo seu contexto.

Palavras-chave: Ensino Médio; BNCC; Reforma; Materialismo cultural; Lei nº 13.415/17.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é, por meio de uma pesquisa quali-quantitativa, analisar os resumos das produções acadêmicas brasileiras dos Programas de Mestrado e Doutorado, sobre o tema Reforma do Ensino Médio, disponíveis no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), disponível no sítio eletrônico da instituição. Por meio dos dados coletados, foi possível mapear as áreas do conhecimento, grupos, temas, organismos e instituições, regiões geográficas, pautas, propostas, categorias e os mais diversos campos, permitindo vislumbrar um panorama geral das pesquisas produzidas e as relações estabelecidas.

¹ Doutoranda e Mestre em Educação pelo PEPG em Educação: História, Política, Sociedade – PUC-SP. Professora de Comunicação do SENAI São Paulo. geanebotarelli@gmail.com

² Doutorando e Mestre em Educação pelo PEPG em Educação: História, Política, Sociedade – PUC-SP. Engenheiro Eletricista e Economista. Instrutor de Formação Profissional do SENAI São Paulo. yukihide.kanashiro@sp.senai.br



Nas últimas décadas, a educação brasileira tem passado por verdadeiras transformações. A Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB), representou um marco impactante, pois organizou, estabeleceu diretrizes e deu novos rumos à educação nacional. O ensino médio, tratado na LDB como etapa final da educação básica, vem sendo analisado, discutido e alvo de uma série de propostas e alterações. Por exemplo, a promulgação da Lei nº 12.061/2009, que “altera o inciso II do art. 4º e o inciso VI do art. 10 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar o acesso de todos os interessados ao ensino médio” (Brasil, 2009), e a Lei 12.796/2013, a qual reforçou a obrigatoriedade da educação básica. Ambas contribuíram, pelo menos no papel, para o avanço da universalização da educação básica no país.

Contudo, a lei de alteração da LDB 9394/96, que, inequivocamente, produziu maior impacto, foi a Lei 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, conhecida como Reforma do Ensino Médio, a qual gerou inúmeras críticas, contestações por parte de educadores, e polêmicas nos mais diversos setores. Convertida em lei, a partir de uma Medida Provisória do Executivo Federal, da MP 746 de 2016, que instituiu a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, traz entre os principais pontos de reforma: a alteração da organização curricular, criando os chamados itinerários formativos, divididos em quatro áreas do conhecimento (Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciência da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas) e uma Formação Técnica Profissional; e, a implementação do ensino médio em tempo integral, passando a 1.000 horas anuais.

A Lei sancionada pelo chefe do executivo federal em 2017 tem dividido opiniões. Se, pelo lado dos reformistas, sua implementação representa avanços na educação nacional, já para os críticos, o entendimento é que haverá ainda maior desigualdade social, engendrando intensos debates, verificados desde a fase de tramitação, processo de aprovação, estendendo-se até os tempos atuais.

Em 2023, o novo governo federal, por meio da Portaria MEC 627, de 4 de abril de 2023, suspendeu os prazos estabelecidos pela Portaria MEC 521, de 13 de julho de 2021, paralisando o cronograma de implementação no Novo Ensino Médio. De acordo com o novo documento, a suspensão foi estendida por 60 dias para Consulta Pública para Avaliação e Estruturação, prevista na Portaria MEC nº399 de 8 de março de 2023. Em 22 de setembro de 2023, o Ministério da Educação encaminhou minuta à Casa Civil contendo novas alterações para o Ensino Médio, ou seja, as (possíveis) alterações ainda não estão definidas.

Diante dessa situação, por ocupar o centro das discussões de educadores, políticos e da sociedade civil em geral, amplas possibilidades de reflexões são proporcionadas, tornando latente o ensejo de analisar as pesquisas acadêmicas produzidas sobre o tema. Por meio das perspectivas trazidas à luz dos respectivos resumos, produzidos por variada gama de pesquisadores, intenta-se vislumbrar um panorama geral, que possa representar a multiplicidade de realidades encontradas no campo da educação no país.

REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico da pesquisa baseia-se nos Estudos Culturais de Raymond Williams (1980). Para esse autor

O conceito de “cultura”, quando considerado no contexto amplo do desenvolvimento histórico, exerce uma forte pressão contra os termos limitados de todos os outros conceitos. Essa é sempre a sua vantagem; é sempre também uma fonte de dificuldades, tanto na definição como na compreensão. Até o século XVIII ele ainda era um processo objetivo: a cultura de alguma coisa – colheitas, animais, mentes. As modificações decisivas em “sociedade” e “economia” começaram antes, em fins do século XVI e no século XVII, e grande parte de sua evolução essencial completou-se antes que “cultura” viesse a incluir seus significados novos e alusivos (Williams, 1980, p. 19).

Nesse sentido, assume-se nessa pesquisa a perspectiva desse pensador, ao entender que as dissertações de mestrado e teses de doutorado são manifestações culturais, as quais situadas em determinado espaço e tempo, revelam aspectos importantes e, muitas vezes prementes, de determinada sociedade.

METODOLOGIA

A fonte escolhida para a coleta de dados deste trabalho foram os resumos de teses de doutorado e dissertações de mestrado publicadas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, as quais foram produzidas pelos programas nacionais de pós-graduação stricto sensu. O período selecionado foi definido de 2013 até 2022, considerando que em 2013 foi estabelecida a obrigatoriedade do Ensino Médio – antes como direito e não dever – pela Lei Nº 12.796, assim como a disponibilidade de resumos pelo referido Catálogo e, por estarmos no ano 2023, o último ano com dados completos refere-se ao ano anterior ao vigente, ou seja, 2022.

A primeira etapa do processo de seleção foi a escolha dos descritores utilizados nas buscas, sendo eles: “Reforma” AND “Ensino Médio”. O primeiro resultado de busca, feito em abril/2023, foi de 266 obras. Após refinamento, que incluiu eliminar os resultados repetidos e a leitura dos resumos, a fim de verificar quais correspondiam realmente ao tema, foram selecionados 142, cujos dados foram organizados em tabelas, gráficos e figuras e analisados

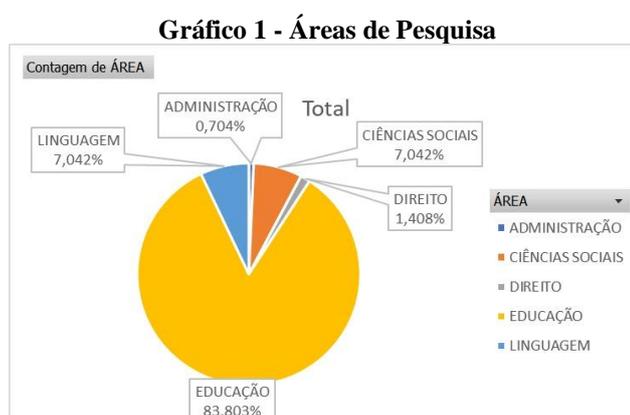


com os softwares de tratamento estatístico SPHINX IQ2 e outras ferramentas eletrônicas de análise de dados, como o Microsoft Power BI.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em quais áreas ocorreram as pesquisas?

As pesquisas acadêmicas analisadas foram produzidas nos mais diversos programas de pós-graduação de universidades públicas e privadas distribuídas pelo país. Para tratamento qualitativo, foram estabelecidos agrupamentos em algumas das principais áreas do conhecimento: educação (83,8%), ciências sociais (7,04%), linguagem (7,04%), direito (1,4%) e administração (0,7%).



Fonte: BRASIL. MEC. CAPES, 2023. (Organizado pelos autores)

Como é previsto devido ao tema, a maior concentração é verificada na área da educação, com 119 pesquisas publicadas, seguidas pelas áreas das ciências sociais (10) linguagem (10), direito (02), e administração (01). A tabela 1 especifica as áreas e os Programas de Pós-graduação:

Tabela 1 - Áreas de conhecimento dos Programas de Pós-Graduação

Área	Quantidade	%
EDUCAÇÃO (*)	119	83,80
LINGUAGEM (*)	10	7,04
CIÊNCIAS SOCIAIS (*)	10	7,04
DIREITO	02	1,41
ADMINISTRAÇÃO	01	0,70
Total Geral	142	100

Fonte: BRASIL. MEC. CAPES, 2023. (*) – Detalhamento da área³

³ (*) Educação: Ciência do Movimento Humano (1), Currículo e Gestão da Escola Básica (1), Educação (81), Educação: Processos Formativos e Desigualdades Sociais (2), Educação Agrícola (2), Educação Científica e Tecnológica (2), Educação e Ensino (4), Educação em Ciências Química da Vida e Saúde (2), Educação Escolar (2), Educação Física (2), Educação Profissional (2), Educação Profissional e Tecnológica (2), Educação Tecnológica (1), Ensino de Ciências e Matemática (2), Ensino de Ciências (1), Ensino e Processos Formativos (1),



Nota-se que a expressiva quantidade de pesquisas na área “educação” se deve ao fato de abranger uma ampla gama de Programas de Pós-graduação – formação de professores, currículo, gestão escolar, educação profissional, educação tecnológica, ensinos em geral etc., além do principal programa, o de “educação”, com 81 publicações. Entre os principais assuntos pesquisados nesses programas, são analisados os impactos da implementação do novo ensino médio, as alterações das grades curriculares, a formação de docentes, o caráter utilitarista na formação, a tessitura da nova proposta, a influência de organismos multilaterais (Banco Mundial, Unesco e OCDE) na elaboração da proposta de reforma, a influência e participação de setores e grupos empresariais na proposta, a Medida Provisória 746/2016, a ausência da consulta pública e diálogo com especialistas para elaboração da proposta e aprovação, a comunidade escolar sobre a questão da Reforma do Ensino Médio, o aligeiramento da aprovação da Lei 13.415/2017, a discursividade das campanhas do governo à época etc.

Onde as pesquisas foram realizadas?

Considerando o agrupamento dos trabalhos por região, esta pesquisa identificou maior concentração de produções nas regiões Sudeste (42,2%), seguidas pelas regiões Sul (27,4%), Nordeste (19%), Centro-Oeste (6,3%) e Norte (4,9%). A tabela 2 mostra a concentração de pesquisas por região.

Tabela 2 - Áreas de conhecimento dos Programas de Pós-Graduação

Região	Quantidade	%
Sudeste	60	42,2
Sul	39	27,4
Nordeste	27	19,0
Centro-Oeste	09	6,3
Norte	07	4,9
TOTAL	142	100

Fonte: BRASIL. MEC. CAPES, 2023.

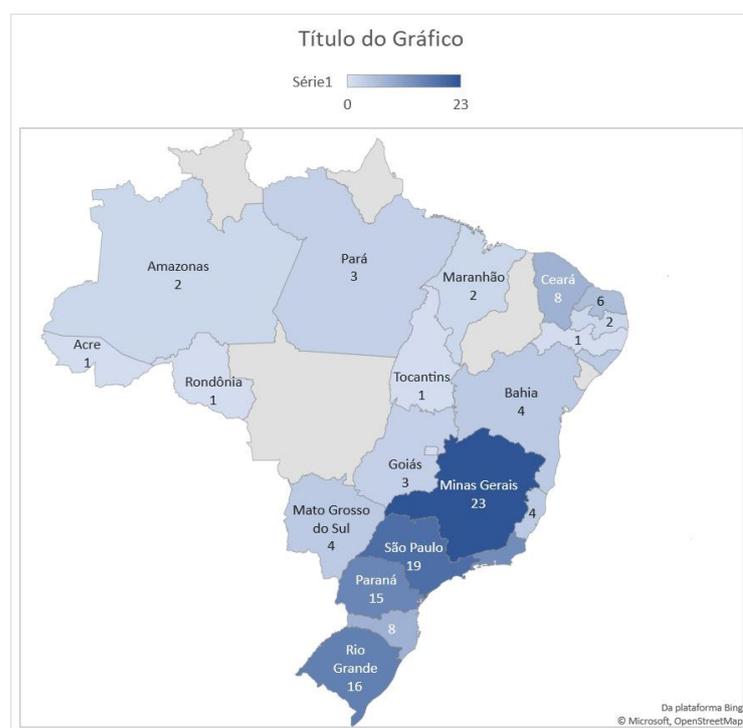
Quanto às Unidades Federativas (UF), a distribuição ocorreu da seguinte forma: Sudeste: Minas Gerais (23), São Paulo (19), Rio de Janeiro (15) e Espírito Santo (4); Sul: Rio Grande do Sul (16), Paraná (15) e Santa Catarina (8); Nordeste: Ceará (8), Rio Grande do Norte (6), Alagoas (4), Bahia (4), Maranhão (2), Paraíba (2), Pernambuco (1); Centro-Oeste: Mato

Gestão do Conhecimento nas Organizações (1), Gestão e Avaliação da Educação Pública (7), Interdisciplinar em História e Letras (1), Matemática em Rede Nacional (1), Química em Rede Nacional (1); Linguagem: Estudos de Linguagem (3), Estudos Linguísticos (1), Letras (2), Letras: Cultura, Educação e Linguagem (1), Comunicação (1), Comunicação Social (1), Linguística e Literatura (1); Ciências sociais: Ciência Política (1), Filosofia (1), Políticas Públicas e Formação Humana (3), Sociologia (3), Sociologia em Rede Nacional (1) e História (1); Direito (2); Administração (1).



Grosso do Sul (4), Goiás (3), Tocantins (1) e Distrito Federal (1); Norte: Pará (3), Amazonas (2), Rondônia (1) e Acre (1). Não foram encontrados nenhum registro de pesquisas nos estados do Amapá e Roraima, da Região Norte, Piauí e Sergipe, da Região Nordeste e Mato Grosso, da Região Centro-Oeste. A figura 1, a seguir, mostra essa distribuição por UF.

Figura 1 – Mapa com quantidade de Pesquisas por Unidade Federativa (UF) no Brasil



Fonte: BRASIL. MEC. CAPES, 2023. (Organizado pelos autores)

A Região Sudeste apresenta a maior concentração populacional do país, de acordo com os dados do CENSO 2022, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, mas a ordem da quantidade de produções acadêmicas, por unidade da federação, não acompanha essa relação – quantidade de produção acadêmica e quantidade populacional – de maneira proporcional. Ou seja, de acordo com os dados do IBGE 2022, o estado de São Paulo se apresenta como UF de maior população, com 44.420.459 de habitantes (IBGE, 2022), seguido por Minas Gerais, com 20.538.718 de habitantes (IBGE, 2022), menos de sua metade. Porém, de acordo com nosso estudo, Minas Gerais se apresenta como a UF que mais produziu pesquisas sobre a Reforma do Ensino Médio, 23 pesquisas de Mestrado e Doutorado, e o estado de São Paulo, com 19. O estado de Pernambuco, que ocupa a sétima posição no *ranking* populacional do IBGE, com 9.058.155 de habitantes (IBGE, 2022), contribui com apenas 1 pesquisa publicada, e Santa Catarina, que ocupa a décima posição na pesquisa do IBGE, com 7.609.601 de habitantes (IBGE, 2022), registrou 8 vezes mais pesquisas publicadas, em comparação ao estado

pernambucano. Esses dados revelam uma distribuição desproporcional, retratando uma forma desigual de quantidade de estudos, nas diferentes UF, de um específico tema de pesquisa.

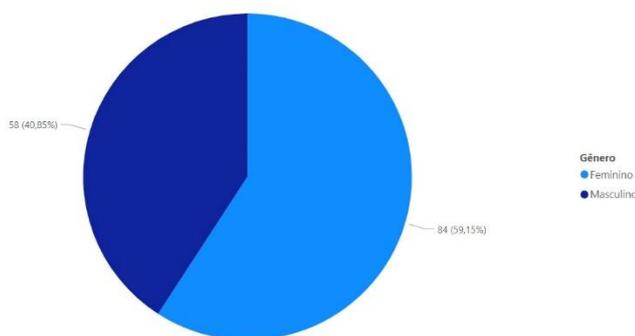
Embora este estudo esteja calcado no resultado de produções que contou com diferentes instituições de ensino, programas de pós-graduações, corpos docentes e pesquisadores com determinadas especificidades, e sediados em localização distintas, com diferentes políticas estaduais, o tema de interesse pesquisado tem uma dimensão maior, pois diz respeito à discussão sobre a educação, prevista nos direitos e garantias fundamentais da Constituição Federal de 1988, como “direito de todos e dever do Estado e da família” (Brasil, 1988), indistintamente, dentro do território nacional.

Já no *ranking* de âmbito das Instituição de Ensino Superior (IES), temos a seguinte produção: a Universidade Federal de Juiz de Fora (MG) lidera com 7 pesquisas publicadas, do Programa de Pós-graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, seguida pela Universidade Estadual do Ceará (CE), do Programa de Pós-graduação em Educação, com 6 pesquisas; na sequência, há a Universidade Federal do Rio Grande (RS), com 5 pesquisas, sendo 4 do Programas de Pós-graduação em Educação, e 1 do Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências Química da Vida e Saúde; e da Universidade Federal de Santa Catarina (SC), com 3 pesquisas do Programa de Pós-graduação em Educação, e 2 do Programa de Pós-graduação em Educação Científica e Tecnológica. Nota-se que todas IES mencionadas nesse *ranking* são instituições de ensino público.

Quem produziu e quando foram produzidas as pesquisas?

Nesta parte, busca-se identificar não o pesquisador como indivíduo, mas o que ele representa na situação sócio-histórica em que se encontra. Por meio do Gráfico 2, identificamos o gênero dos pesquisadores.

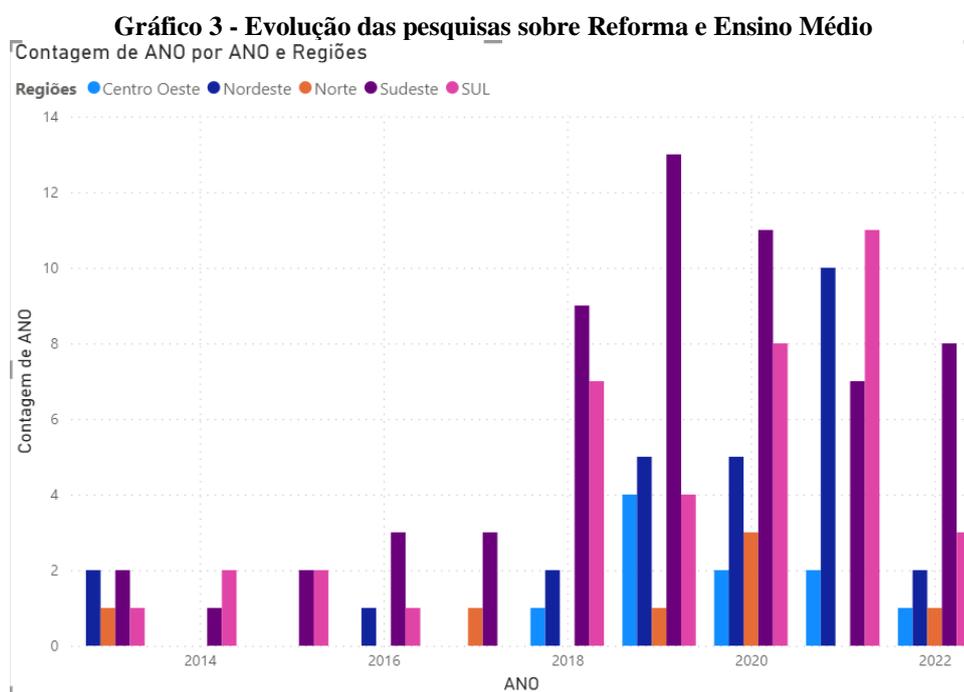
Gráfico 2 – Gênero dos participantes





Sobre o gênero dos pesquisadores do tema Reforma e Ensino Médio, o gráfico apresenta uma maioria feminina de mestras e doutoras (59,15%) em relação aos mestres e doutores (40,85%). Isso mostra mais mulheres atuando no meio acadêmico, o que é coerente com a quantidade da população brasileira, que é composta por 48,9% de homens e 51,1% de mulheres (IBGE/PNAD).

O gráfico 3, a seguir, mostra o avanço das pesquisas nos anos correspondentes ao período analisado (2013-2022).



Fonte: BRASIL. MEC. CAPES, 2023. (Organizado pelos autores)

Percebe-se que até o ano de 2017 ocorreram pesquisas que variaram de 3 a 6 por ano. Nesse período, ocorriam estudos, notícias e poucas medidas efetivas sobre mudanças no Ensino Médio. Porém, pode-se destacar a mudança na Lei 9394/96, a qual estabelecia em seu “Art. 4º. O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio” (Brasil, 1996) e em 2013 a Lei Nº 12.796 altera esse artigo, que passa a estabelecer que o Brasil institui “a educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, organizada da seguinte forma: a) pré-escola; b) ensino fundamental; c) ensino médio.” (Brasil, 2013).

No ano de 2017 foi promulgada a Lei nº 13.415 que institui a política de fomento à implementação de escolas de Ensino Médio em Tempo Integral e toma outras providências. Isso pode justificar o aumento expressivo e gradativo de pesquisas sobre o tema a partir de



2018. Percebe-se uma queda no ano de 2022, possivelmente justificada pela pandemia da COVID-19, o que interferiu no andamento de muitas pesquisas no Brasil e no mundo, com alteração nos calendários e adiamento de entrega de trabalhos finais.

Por quais meios foram desenvolvidas essas investigações?

A tabela 3 mostra os instrumentos mais utilizados pelos pesquisadores em sua coleta de dados.

Tabela 3 – Instrumentos de pesquisa

Instrumentos de Pesquisa	Quantidade
Análise Documental	125
Entrevista	36
Questionário	18
Observação	6
Gravação	1
Grupo	1
Não Informado	4
Total	191

Fonte: BRASIL. MEC. CAPES, 2023. (Organizado pelos autores)

*O valor total excede 142 produções pois em uma mesma pesquisa podem ser usados mais de um instrumento.

Ao analisar as informações da tabela 3, percebe-se que prevalece nas pesquisas a análise documental (125), seguidos por entrevista (36), questionário (18), observação (6), gravação (1) e grupo (1). Não foram encontradas informações sobre os instrumentos em 4 resumos.

Pode-se inferir que a opção predominante pela análise documental esteja relacionada ao tema, pois a Reforma do Ensino Médio encontra-se em andamento no período analisado. Nesse sentido, os documentos (leis, propostas pedagógicas, projetos etc.) são fontes férteis para a obtenção de dados sobre esse assunto.

Sobre o tipo de pesquisa, segue análise da tabela 4:

Tabela 4 – Tipos de pesquisa por instância

Tipo Instância	Qualitativa		Qualiquantitativa		Total	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Pública	122	89,0	4	80,0	126	88,7
Privada	15	11,0	1	20,0	16	11,3
Total	137	100,0	5	100,0	142	100,0

Fonte: BRASIL. MEC. CAPES, 2023. (Organizado pelos autores)

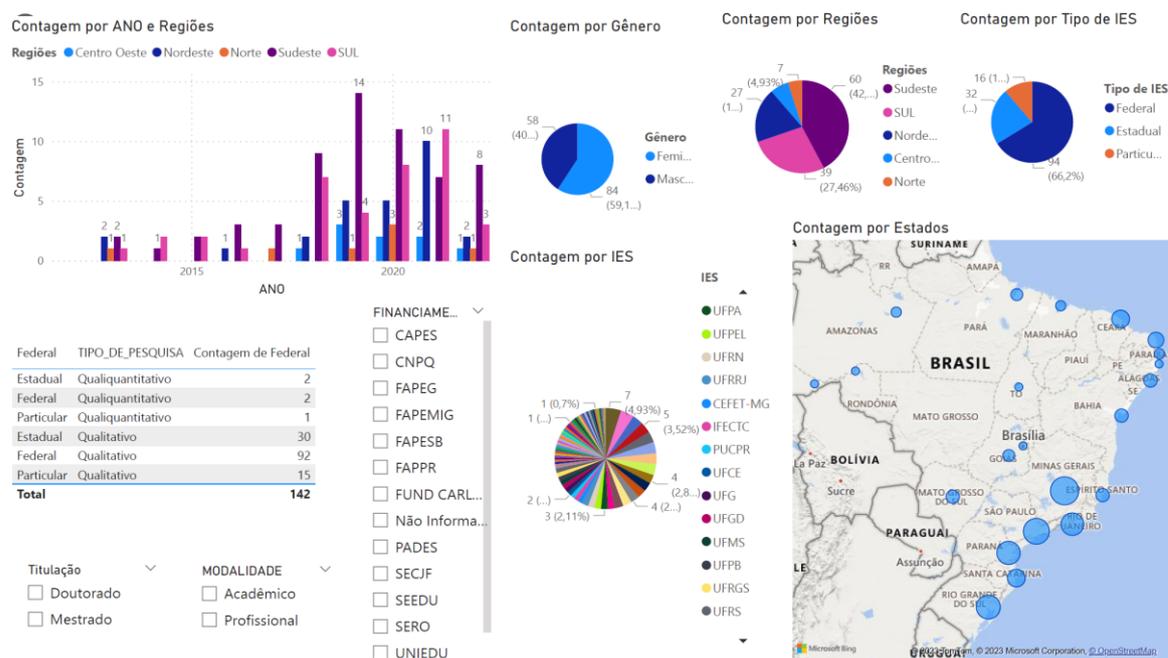
Das 142 pesquisas analisadas, a maioria optou pela abordagem qualitativa (137) em relação à abordagem qualiquantitativa (5). Isso está alinhado a uma tendência já observada em outros balanços tendenciais, que mostram a preferência, nas Ciências Humanas, de desenvolvimento de pesquisas de qualitativas.



Também é possível observar que a maior parte das pesquisas foram desenvolvidas nas universidades públicas (89%) em relação às universidades privadas (11%). Comparando esse dado com outros balanços tendenciais⁴, chama a atenção a redução de pesquisas nas redes privadas, o que merece um estudo mais aprofundado sobre o tema.

A seguir temos a Figura 2, a qual sintetiza os gráficos, tabelas e imagens usadas neste artigo, com o link de acesso que possibilita interagir com as informações dadas nesta pesquisa.

Figura 2 - Síntese de gráficos, tabelas e imagens



Fonte: Disponível visualização e interação no Dashboard [aqui](#).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conjunto de pesquisas analisadas permite visualizar um panorama geral das produções acadêmicas sobre o tema Reforma do Ensino Médio, de diferentes pesquisadores, e de diferentes formações, nos mais variados programas de pós-graduação, o que traz diversidade na análise. Pode-se perceber que existem contribuições com produções em quase todas as unidades da federação. Na análise das pesquisas, nota-se uma distribuição ampliada, porém, desigual, com pontos de concentração e vazios. Sem estabelecer relação desses dados com outros mapas das desigualdades existentes em nosso país, o que exige um maior aprofundamento, e não se tratar do propósito deste trabalho, a ilustração da distribuição dessas

⁴ Em pesquisa realizada por Silva (2017, p. 32) sobre o Ensino Médio Privado, percebe-se que há 68,6% de UF em instância pública (federal, estadual e municipal) e 32,4% em UF privadas. Disponível em <https://repositorio.pucsp.br/handle/handle/20576>.



pesquisas reforça os dois consagrados entendimentos: de gigantismo e desigualdade. Essa dualidade também se apresenta nos mais diferentes campos do país: educacional, social e econômico.

A Lei 13.414/2017 propõe oferecer ensino em tempo integral, com currículo mais atrativo, permitindo assim maior autonomia e oportunizando formação profissional aos que buscarem essa opção, tendo por objetivo, por meio da educação, reduzir desigualdades. Entretanto, de acordo com as pesquisas analisadas, a presente reforma do ensino médio necessita de ajustes. Faz-se necessário compreender diferentes realidades históricas de cada uma das regiões, cada qual com suas diversidades e problemas estruturais, acumulados e perpassados ao longo de muitos governos. Compreender esses problemas e propor soluções é o grande desafio para o novo ensino médio no Brasil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 out. 2023.

BRASIL. LDB – Leis de Diretrizes e Bases. Lei nº 9.394/1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996.** Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_led.pdf, acesso em 10 out.2023.

BRASIL. Lei nº 12.061 de 27 de outubro de 2009. **Altera o inciso ii do art. 4º e o inciso vi do art. 10 da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar o acesso de todos os interessados ao ensino médio público.** Disponível em <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=12061&ano=2009&ato=c67gXSE1EeVpWTa98>. Acesso em 07 out. 2023.

BRASIL. Lei Nº 12.796, de 4 de abril de 2013. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências.** Disponível em <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=12796&ano=2013&ato=69dMTQU50MVpWTb0b>, acesso em 07 out. 2023.

BRASIL, **Medida provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016.** Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, [...] e dá outras providências. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm#art1, acesso em 10 out. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. **Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral e toma outras providências.** Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13415-16-fevereiro-2017-784336-publicacaooriginal-152003-pl.html>, acesso em 14 jul. 2023.



BRASIL. **Portaria nº 521, de 13 de julho de 2021.** Institui o Cronograma Nacional de Implementação do Novo Ensino Médio. Disponível em <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=417213>, acesso em 07 out. 2023.

BRASIL. **Portaria nº 627, de 4 de abril de 2023.** Suspende os prazos em curso da Portaria MEC nº 521, de 13 de julho de 2021, que instituiu o Cronograma Nacional de Implementação do Novo Ensino Médio. Disponível em <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-627-de-4-de-abril-de-2023-475187235>, acesso em 07 out. 2023.

BRASIL, **Portaria nº 399, de 8 de março de 2023.** Institui a consulta pública para a avaliação e reestruturação da política nacional de Ensino Médio. Disponível em <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-mec-399-2023-03-08.pdf>, acesso em 07 out. 2023.

CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). **Catálogo de Teses e Dissertações.** Disponível em <https://curtlink.com/iz9zR>, acesso em 15 abr. 2023.

IBGE. Censo Demográfico 2022: **População e domicílios.** Disponível em: biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102011.pdf. Acesso em 12 out. 2023.

IBGE Educa. **Quantidade de homens e mulheres.** IBGE. Disponível em <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html>, acesso em 08 out. 2023.

WILLIAMS, R. **Materialismo e Cultura.** Ri de Janeiro: Zahar Editora, 1980.